

**Documento não oficial digitalizado por La'o Hamutuk. Para obter mais informações sobre o Orçamento do Estado para 2011, consulte <http://www.laohamutuk.org/econ/OGE11/10OJE2011.htm>**



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE  
IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

---

Exposição de Motivos

Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011

**Introdução**

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 97.º e da alínea a) do número 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo propõe ao Parlamento Nacional a presente Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011.

A presente Proposta de Lei do OGE para 2011 engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste e cobre o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011.

**Adeus Conflito, Bem-Vindo Desenvolvimento**

O Orçamento de Estado para 2011 é coerente com as políticas e reformas que o IV Governo Constitucional tem implementado até agora, reflectidas de uma forma positiva pelos indicadores económicos e sociais de 2010, e estabelece a base fundamental para a continuidade e para a atracção de investimento, o qual é essencial para o desenvolvimento e crescimento de Timor-Leste de forma acelerada e sustentável.

Timor-Leste tem tido resultados louváveis e internacionalmente reconhecidos ao nível da redução da pobreza, em 9%, e ao nível do crescimento económico. A economia timorense, foi classificada em 2009 pelo Fundo Monetário Internacional como tendo apresentado a segunda taxa de crescimento mais elevada do Mundo (12.9%). Por isso, Timor-Leste é reconhecido como um "líder" e modelo para os países que renascem do conflito e fragilidade através de inovações e reformas internas e, foi nomeado, em Abril de 2010 como líder do g7+, um grupo de dezassete países frágeis, representando uma população de cerca de 320 milhões de pessoas, em situação de pós-conflito que pela primeira vez na história se juntam para trocar as suas experiências e influenciar a política global.

Todas estas vitórias foram possíveis porque existe uma boa liderança e governação e porque as reformas ao nível das políticas, do planeamento e da implementação, bem como melhoramento das relações a nível global, foram um sucesso.

É neste caminho com rumo ao desenvolvimento que o IV Governo Constitucional pretende continuar e para isso tem de dar resposta a factores cruciais como a criação de emprego, pois neste momento o crescimento da mão-de-obra ultrapassa o crescimento de postos de trabalho nos sectores público e privado. A construção de uma economia sustentável, capaz de absorver a população activa e alcançar a redução da pobreza, representam um enorme desafio. A economia nacional é dirigida pelo investimento público, no entanto, para um crescimento sustentável e a longo-prazo o investimento privado é crucial. O investimento privado pressupõe requisitos tais como: segurança e estabilidade política;

infra-estruturas básicas ao desenvolvimento; mão-de-obra qualificada; quadro fiscal atractivo; segurança jurídica e leis sobre a propriedade das terras, entre outras. Nesta fase inicial de desenvolvimento, estes requisitos só poderão ser alcançados através do investimento público e das reformas legislativas.

### **O Plano de Desenvolvimento Estratégico**

O Governo está em fase final de elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico (2011-2030), que visa transformar Timor-Leste, um País de baixo rendimento, num País de médio-alto rendimento num espaço de 20 anos, assim como diversificar a economia, transformando, uma economia baseada no petróleo, numa economia não petrolífera, o qual implica um elevado financiamento na área das infra-estruturas e capital humano, dois pilares fundamentais na criação das condições básicas que permitem atrair o investimento privado e alcançar o crescimento e a sustentabilidade da economia.

No sentido de alcançar estes objectivos de forma eficaz e eficiente o Governo decidiu criar dois fundos. O Fundo das Infra-estruturas e o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.

Estes Fundos Especiais irão permitir a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico e serão administrados por um Conselho de Administração presidido pelo Primeiro-Ministro e composto pelos ministros relevantes. Uma das vantagens dos Fundos Especiais é a centralização da tomada de decisão, a qual irá assegurar melhor coordenação dos projectos entre ministérios e maior integração dos mesmos no Plano de Desenvolvimento Estratégico. O Conselho de Administração tem a competência de ordenar e determinar os projectos prioritários, com a capacidade de realinhar os mesmos para os ajustar face às mudanças de circunstâncias fora do seu controlo.

Será criada na dependência do Primeiro-Ministro, a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), composta por técnicos qualificados que irão controlar a qualidade dos projectos e assegurar que as especificações e custos dos mesmos são apropriados. A ADN terá também a missão de supervisionar e monitorizar a execução dos projectos, incluindo relatório de progresso trimestral ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional.

### **O Fundo das Infra-Estruturas**

Este Fundo Especial é estabelecido nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, segue os procedimentos determinados por esta lei e é regulamentado por decreto-lei.

Esta iniciativa inovadora irá ajudar o Governo a ultrapassar muitas das dificuldades que até agora tem enfrentado na construção das infra-estruturas do País e constitui um instrumento único que permite a execução de contratos plurianuais de forma segura, eficiente e transparente.

### **O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano**

Governo em 2011 vai estabelecer o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano. Trata-se de um Fundo Especial, estabelecido nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, com as mesmas características do Fundo acima referido.

Este instrumento permite ao Governo assegurar uma forma de financiamento dos projectos plurianuais de formação de recursos humanos, aumentando a capacidade e formação dos profissionais dos sectores estratégicos de desenvolvimento, tais como: justiça, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, turismo, gestão petrolífera e financeira, entre outros.

Esta iniciativa permite ao Governo investir nos cidadãos de Timor-Leste, formando recursos humanos nacionais, essenciais para o desenvolvimento da Nação. Só com quadros técnicos nacionais qualificados, Timor-Leste pode desenvolver-se de forma sustentável e competir no contexto do desenvolvimento regional em que se integra.

Investir nas pessoas é investir no futuro do País.

## **Receitas Petrolíferas**

Espera-se que as receitas petrolíferas continuem em alta em 2011 e 2012, devido produção estável e à previsão positiva dos preços futuros do petróleo.

O total da Riqueza Petrolífera, que corresponde ao saldo do Fundo do Petróleo mais o valor actual bruto das receitas petrolíferas futuras está estimada em \$24,47 mil milhões, a 1 de Janeiro de 2011. A Riqueza Petrolífera estimada aumentou em \$7,82 mil milhões se comparada com os cálculos realizados no orçamento de 2010.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é de 3% da Riqueza Petrolífera. Desta forma, o RSE para o ano financeiro de 2011 é de \$734 milhões, o que representa um aumento de \$232 milhões.

## **Receitas Domésticas**

Estima-se que as receitas não petrolíferas sejam de \$110 Milhões em 2011, tendo aumentado relativamente aos valores estimados de 2010, de \$94,7 milhões. Em 2009 foi recolhido um total de \$90,8 milhões.

Tendo em conta o cenário fiscal de Timor-Leste, desde a reforma operada em 2008, o qual reduziu para um terço as taxas dos impostos, no sentido de criar condições mais atraentes ao investimento privado, assim como aumentou o limite do rendimento isento de impostos (\$100-\$500/mês) permitindo maior rendimento disponível, observa-se a tendência para um crescimento gradual das receitas fiscais, de \$43,6 milhões em 2009 para \$47,5 milhões em 2010 e uma previsão de \$64,9 milhões para 2011, o qual reflecte uma melhor administração fiscal e um aumento dos contribuintes.

## **Despesas orçamentadas no Orçamento Geral do Estado para 2011**

### **Salários e Vencimentos**

O total do orçamento para salários e vencimentos, é de \$115,9 milhões em 2011, apresentando desta forma um aumento de \$16.6 milhões em relação a 2010, que foi de \$99.3 milhões.

As principais medidas nesta categoria são:

- Transformação das despesas de deslocação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, orçamentadas em Bens e Serviços, em subsídios de representação pagos na categoria de salários e vencimentos (\$9 milhões);
- Salários dos profissionais de educação, o qual inclui o novo regime de carreiras para os professores do Ministério da Educação (\$7 milhões);
- Recrutamentos para a PNTL e F-FDTL (\$0,65 milhões).

### **Bens e Serviços**

O total orçamentado para esta categoria é de \$270,5 milhões dos quais \$25 milhões correspondem ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

As principais medidas nesta categoria induzem entre outras:

- Combustível, incluindo EDTL (\$48 milhões);
- Serviços profissionais e assistência técnica na área jurídica, educação, gestão petrolífera e financeira, aprovisionamento, negócios estrangeiros, turismo, prevenção de conflito e controlo de qualidade (\$32 milhões).

### **Transferências**

O total orçamentado para esta categoria é de \$164,5 milhões. O Governo pretende continuar com os pagamentos a entidades que prosseguem o interesse público, nos termos da lei e com os subsídios a

idosos e inválidos, bem como com os pagamentos aos veteranos.

As principais medidas nesta categoria, incluem entres outras:

- Desmobilização dos ex-FALINTIL (\$7,5 milhões);
- Operações e subsídios para capacitação da administração local (\$3,5 milhões);
- Capitalização do IMFTL (\$3,4 milhões);
- Tratamento médico no estrangeiro (\$3 milhões) e retorno dos estudantes de medicina de Cuba (\$1,5 milhões);
- Capitalização da Companhia Nacional de Petróleo de Timor-Leste (\$2 milhões);
- Continuação do Programa de Desenvolvimento Descentralizado (\$11 milhões).

### **Capital Menor**

As despesas desta categoria foram reduzidas para \$28,3 milhões, comparado com 2010 (\$39,9 milhões).

As principais medidas nesta categoria, incluem entre outras:

- Compra de dois barcos patrulha para a Segurança e Defesa do País, ambulâncias, Bancas Móveis, meios de transporte para monitorização do ensino escolar nas áreas rurais, assistir o STAE para preparação das eleições de 2012 e para fortalecer a administração local na supervisão e monitorização dos projectos rurais (\$12 milhões);
- Equipamentos para escolas técnico-profissionais e laboratórios (\$1,1 milhão);
- Suporte da passagem da responsabilidade da UNPOL para a PNTL (\$0,7 milhões);

### **Capital de Desenvolvimento**

O Governo propõe \$405,9 milhões para esta categoria, dos quais \$317,3 milhões são afectos ao Fundo das Infra-estruturas. O Governo pretende continuar a implementar e desenvolver os programas que foram um sucesso em 2010, tal o Programa de Desenvolvimento Descentralizado.

As principais medidas nesta categoria incluem entre outras:

- Programa dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDG's Suco), de cinco anos, o qual irá providenciar anualmente 11.140 casas, incluindo água, saneamento e electricidade em 2.228 aldeias (\$65 milhões);
- Programas de Desenvolvimento Descentralizado a nível dos sub-districtos, sucos e aldeias (\$15,5 milhões), assim como a nível distrital (\$28,8 milhões);
- Continuação da construção da central eléctrica e linhas de transmissão (\$166 milhões);
- programa de Desenvolvimento Tasi Mane (\$36 milhões).

Aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Novembro de 2010.

/s/

O Primeiro Ministro

Kay Rala Xanana Gusmao

/s/

A Ministra das Finanças

Emilia Pires